

2016-01-11 19:19:26

<http://justnews.pt/noticias/interrupcao-de-gravidez-as-propostas-de-alteracao-a-lei-nao-trazem-nada-de-positivo>

## **Interrupção de gravidez: As propostas de alteração à lei «não trazem nada de positivo»**

“Num mundo perfeito as mulheres não teriam de fazer interrupções de gravidez (IG), usariam sempre contraceção, que seria eficaz e fácil de utilizar. Contudo, a realidade não é assim!”, afirma Maria José Alves, assistente graduada sénior de Ginecologia e Obstetrícia, coordenadora da Consulta de Gravidez Indesejada do CHLC, alertando para a importância de se apostar num processo de “desestigmatização do aborto” na nossa sociedade, algo que já está a ser feito, porém, de forma lenta.

“As mulheres que fazem abortos são as mesmas que têm filhos, não são melhores nem piores, simplesmente, em determinadas circunstâncias, optaram por interromper a gravidez”, diz.

Em entrevista à Just News, publicada na última edição de Women`s Medicine, Maria José Alves deu-nos o seu parecer acerca deste assunto que, apesar de tudo, ainda divide opiniões. Gosta de fazer o seguimento das grávidas e de levar as suas gestações a termo, no entanto, a ginecologista/obstetra afirma não poder deixar de apoiar aquelas que a procuram por quererem fazer uma IG e considera, precisamente, que um dos próximos passos a dar neste sentido será facilitar-lhes o acesso a estas consultas.



### **Atual lei versus propostas de alteração**

Maria José Alves considera que a atual lei de IG, aprovada em 2007, é uma mais-valia. “Podemos sempre achar que alguns aspetos podiam ser melhorados. Todavia, não vejo qualquer razão para que as alterações que foram agora propostas sejam introduzidas. Penso que não trazem nada de bom no acesso ao aborto seguro, pelo contrário, complicam”, salienta.

E acrescenta: “Considero que são desrespeitosas relativamente às mulheres, não as deixando ter a serenidade de que necessitam para todo este processo e dificultando a relação médico-doente.” Um dos exemplos que refere é

a imposição de uma consulta de Psicologia, uma vez que este é um aconselhamento, por definição, facultativo e ao qual ninguém pode ser obrigado.

“Geralmente, avaliamos as mulheres num contexto psicossocial, mas de forma informal, com perguntas abertas, para lhes dar espaço. Muitas querem falar, outras não. Já tomaram a sua decisão e é uma opção e tem de ser respeitada”, frisa, desenvolvendo que até a Ordem dos Psicólogos disse “não” a esta alteração de lei, por não lhes parecer consentânea com as suas funções e ética profissional.



A entrevista completa com Maria José Alves pode lida na última edição de Women`s Medicine.

